

HISTÓRIA DO CONFORTO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Este artigo resume a primeira parte de uma pesquisa que desenvolvemos sobre a emergência do conforto na cidade de São Paulo entre 1870 e 1950.¹ Ao longo desses anos, os significados do conforto nem sempre permaneceram os mesmos e seus usos foram tanto relacionados ao luxo de uma minoria abastada quanto comprometidos com as reivindicações populares de salubridade urbana e bem-estar.

A diversidade de significados e funções que o conforto adquiriu ao longo daqueles anos revelou dimensões da vida urbana fundamentais para a compreensão das divisões entre o supérfluo e o necessário, o fausto e o modesto, o extraordinário e o trivial. Progressivamente, a vida confortável passou a sugerir um estilo de vida jovial e esportivo, servindo para reforçar o afeto familiar e para fomentar novos cuidados com o corpo, instigadores do prazer de estar consigo.

Mas a história do conforto é, também, aquela da produção e do consumo de produtos capazes de suscitar sentimentos por vezes inusitados: com o comércio de banheiras, duchas, bidês, torneiras e com a massificação do sifão, por exemplo, ganha corpo uma sensibilidade avessa a odores outrora considerados naturais dentro das moradias e nos seus quintais. Outro exemplo são os remédios prometendo alívio e bem-estar imediatos, cuja publicidade resplandece nos jornais, especialmente após 1900. Havia uma série de remédios “universais”, destinados a eliminar diferentes males de uma só vez. Também existiam os remédios para a beleza, que precederam os modernos cosméticos, os remédios para mordidas de cobra e picadas de insetos, os quais, aliás, testemunhavam a vocação ainda rural do espaço urbano; todos eles foram, de certo modo, paralelos a um significativo investimento na desnaturalização do mal-estar físico.

Evidentemente, a lista de produtos relacionados ao conforto é longa e diversificada, mostrando que sua história é intimamente compro-

Denise Bernuzzi de Sant'Anna é doutora em História pela Universidade de Paris VII e professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUCSP.

metida com mudanças ocorridas nas maneiras de morar, de conceber o espaço urbano e, também, de relacionar-se com objetos técnicos, colocando o corpo em contato com produtos químicos. Entretanto, um dos aspectos mais ricos dessa investigação está na ambigüidade característica do objeto estudado: várias vezes, o conforto mostrou-se incipiente ou uma excentricidade reservada a poucos; mas, ao mesmo tempo, tornou-se uma referência cada vez mais assídua e natural na imprensa, especialmente na publicidade de diferentes produtos industrializados.

FAZER A HISTÓRIA DO CONFORTO NÃO SERIA UM LUXO?

Na cidade de São Paulo, a valorização paulatina do conforto esteve intimamente relacionada ao desenvolvimento industrial e urbano impulsionado pela economia cafeeira. A partir de 1870, aproximadamente, com a transformação da acanhada São Paulo num centro comercial e industrial importante, a higiene do corpo e da casa, dos locais públicos e privados, começou a ser concebida como sinônimo não apenas de progresso material, virtude moral e saúde, mas, também, de conforto. Desde então, nos jornais paulistas, especialmente no *Correio Paulistano*, tornaram-se freqüentes os artigos relacionando a higiene dos corpos e dos espaços à civilização almejada por médicos, escritores e políticos defensores do desenvolvimento comercial e industrial do País. Nos anúncios publicitários, “conforto” e “comodidade” eram termos que integravam a qualidade de ser limpo e honesto, enquanto nas residências ricas, conforto significava possuir o gás de rua ou o gás acetileno para a iluminação, os poços com bombas nos quintais, as chaminés para as cozinhas, o revestimento de azulejos para paredes, a privada inglesa com sifão, entre outros equipamentos e produtos industriais (Homem, 1996, p.65).

Inúmeros leilões publicados na imprensa das últimas duas décadas do século XIX indicavam, igualmente, a valorização de determinados equipamentos que tendiam a ser considerados sinônimos tanto de higiene quanto de conforto. Móveis estofados com pelúcia, “colchões de clina e enxugão de mallas”, “toilette commoda” e lavatórios americanos com os respectivos serviços de porcelana sugeriam a presença do conforto mas, também, sua proximidade com o luxo. Por vezes, em crônicas e contos publicados pela imprensa, as descrições dos espaços reservados à intimidade deixavam entrever a mistura de comodidades ligadas a um luxo discreto:

A alcova era espaçosa, bonita. Pendiam das paredes algumas lithographias representando santos. Pelos cabides havia roupas - toalhas, calças, paletós, saias, etc. No espaldar de uma cadeira estava o espartilho, com o atacado canido, abrindo numa curva espherica que accusava o bello seio que costumava prender. A cama era a'franceza. Descia de uma cupula um fino cortinado aberto.²

E, por vezes, equipamentos de higiene considerados símbolos do conforto associavam-se a ambientes modestos e eram transformados em peças polivalentes:

Junto a' cabeceira estava um grande lavatório que desempenhava as funções de gravador, velador - e mais algumas outras: uma vela gasta a meio, um livro velho, uns grampos, os pentes, um bello saboeiro de Sievres, uma gravata meio piuda, alguns frascos de óleos e de perfumes - eis os objectos que lhe adormecem no mármore.³

Fica a impressão de que a fronteira entre luxo e conforto era frágil, ou mesmo inexistente. A clássica distinção entre luxo e conforto oferecida por alguns pesquisadores europeus, por exemplo, não se aplicaria mecanicamente, nem facilmente, à situação analisada na cidade de São Paulo.⁴ Basta lembrar que enquanto a indústria de equipamentos de higiene e conforto começava a ser exaltada com frequência nos jornais e nas atas da Câmara do município da década de 1870, muito do conforto existente no cotidiano das famílias abastadas não era garantido apenas, ou principalmente, por banheiras, rede de esgoto, água encanada, entre outros equipamentos industriais. Pois grande parte do conforto dessas famílias dependia da mão-de-obra escrava. Assim, não era necessariamente sobre o uso de máquinas que repousava a possibilidade de viver confortavelmente.

É certo que, já durante a década de 1890, nos anúncios de sobrados para alugar, os equipamentos de conforto eram frequentemente associados às necessidades de higiene: “Alugam-se dois sobrados novos, com gaz, agua, banheiros e latrina patente, tendo um armazem, sendo forrados e limpos e são independentes”.⁵

Os anúncios de venda de ladrilhos para forrar pisos, ou mosaicos para enfeitá-los, fornecendo uma aprência clara e arejada às cozinhas e varandas, também apareciam com frequência nos jornais, juntamente com aqueles de venda de clarabóias de ferro e chaminés:⁶ “Vende-se uma excellente casa assobradada, com tres janellas de frente e entrada a um lado

por um portão de ferro, construída toda de tijolo, tendo todos os cômodos bem ventilados e água e gás por toda a casa”.⁷

Entretanto, para muitos anunciantes, ainda permanecia tênue a distinção entre conforto e luxo. O uso do tijolo, a presença de várias janelas, de pisos e paredes revestidos se restringia a uma minoria que por eles podia pagar. Ou seja, esses equipamentos de conforto representavam um verdadeiro luxo no conjunto da cidade. Assim, uma dificuldade relativa ao entendimento do conforto e do luxo começou a ser traduzida nas seguintes questões: como compreender os significados do conforto? Este poderia ser considerado semelhante ao luxo? Seria ele apenas um valor supérfluo, um direito exclusivo de uma minoria rica?

Ora, a cidade de São Paulo guarda em sua história a permanência de disparidades entre uma minoria da população habituada tanto ao luxo quanto ao conforto e uma maioria desprovida de meios para o usufruto de ambos. Os fazendeiros abastados, moradores novos da cidade, contratavam empreiteiros e arquitetos estrangeiros para edificar palacetes, vilas e chalés bastante luxuosos e confortáveis. Suas moradias em estilo normando, inglês, alemão, contrastavam com aquelas de tradição portuguesa da população menos privilegiada. As habitações proletárias não possuíam “nenhum conforto” (Bandeira Júnior, citado por Bruno, 1954, p.919). O que era julgado um conforto facilmente acessível e necessário para alguns permaneceu durante décadas (e ainda hoje permanece) um luxo distante do cotidiano de muitos.

Em função da presença constante dessa disparidade, em diversas ocasiões da pesquisa, onde se esperava encontrar o conforto, apareceram imagens e descrições sobre o luxo: aparelhos eletrodomésticos, por exemplo, foram, em vários casos, adquiridos como se se tratasse de um luxo; roupas brancas e móveis estofados ou com tampos de mármore tentavam simbolizar mais o fausto do que o cômodo, e certos equipamentos urbanos, tais como a rede de abastecimento de águas e esgotos, chegaram a funcionar apenas como um modo de ostentar riqueza. Ao mesmo tempo, muitos anúncios e reportagens mostravam que luxo e conforto poderiam ser considerados sinônimos.

Essa situação não era característica apenas do século XIX e do começo do século XX. Em certas revistas da década de 1950, por exemplo, muito do que era considerado pela publicidade um conforto relacionado à funcionalidade e à praticidade estava, ao mesmo tempo, inserido no universo do luxo e da riqueza. Em plena era de massificação dos aparelhos eletrodomésticos, logo após a segunda grande guerra, algumas dessas revistas foram insistentes em convidar qualquer mulher a aderir à voga das

cozinhas equipadas com novas máquinas “fáceis e confortáveis de usar”. Todavia, mesmo nesse caso, para algumas heroínas dos contos publicados e para diversas personagens publicitárias, o abandono do fogão a lenha, por exemplo, e a posse de uma “cozinha moderna” representavam uma “grande sorte” na vida de uma mulher e não, necessariamente, algo comum: por vezes, elas mesmas admitiam que uma geladeira, um fogão que não fosse a lenha, ou um banheiro com azulejo até o teto funcionavam como um atestado de riqueza, poder e, também, de vida luxuosa.

Uma questão começou, portanto, a ganhar corpo: seria pertinente diferenciar completamente o luxo do conforto, seguindo as orientações de pesquisadores que trabalharam com estes temas em outras sociedades? E, por conseguinte, caberia perguntar: se o conforto tende a fazer-se passar por um luxo, e se a maioria da população não tem acesso a ele, haveria, de fato, uma história do conforto a ser feita? Numa cidade como São Paulo, constituída por gritantes desigualdades sociais, em especial no que tange ao acesso da população aos serviços básicos de saúde e higiene, seria pertinente buscar a historicidade de objetos e experiências destinados a fornecer conforto e bem-estar individual? Em suma, realizar a história do conforto não seria um luxo? E, como tal, algo supérfluo e pouco atrelado ao necessário?

A análise da documentação sugeria que, entre os anos de 1870 e 1900, um novo trabalho sobre os fluxos – odores, ar, água – buscava produzir comodidades até então impensáveis. As plantas de algumas moradias paulistanas foram testemunhos importantes desse trabalho. Em geral, elas eram ainda pouco dispostas a proporcionar *confortos privados*. Os banheiros e salas de banho, por exemplo, eram raros ou afastados de seu espaço interior. Progressivamente, eles se tornarão cada vez mais próximos do quarto de dormir.⁸

A ampliação do comércio de equipamentos para o banho também expressava de modo exemplar a banalização de confortos relacionados diretamente à higiene corporal. Com o comércio de vasos sanitários, banheiras e, a seguir, duchas e objetos relacionados à decoração dos banheiros, as abluções de outrora, realizadas com o auxílio de panos, jarros e bacias, começaram a ser julgadas pouco confortáveis e mesmo insuficientes para a aquisição da limpeza e do bem-estar.

Já no começo do século XX, os objetos e serviços que procuravam o conforto visavam uma integração harmoniosa na vida cotidiana: ao contrário do luxo, a vida confortável implicava uma adesão ao ordinário, ao trivial e à ordenação dos ambientes comuns. Mais tarde, após favorecer e instrumentalizar o afã sanitarista, o conforto ampliou igualmen-

te seus tentáculos em direção à solidão das experiências privadas, instalando-se nos recônditos das moradias, prolongando-se em gestos silenciosos e distantes de toda testemunha. Seu prestígio tendeu a ganhar legitimidade na medida em que cada indivíduo transformou-se em seu principal ator e espetáculo. Por isso, o conforto conquistou um valor de massa ao sabor da aquisição de uma nova positividade que espaços e experiências íntimas começaram a expressar, especialmente nos novos bairros das famílias abastadas.

Não por acaso, depois da década de 1950, a defesa do conforto estabeleceu um forte vínculo com aquela do bem-estar individual e dos prazeres vividos solitariamente. Não por acaso, igualmente, o conforto integrou-se muito bem aos ambientes de culto ao corpo, onde o olhar do indivíduo sobre ele mesmo torna-se mais livre e também mais devotado em observar-se. É quando o conforto – diferentemente do luxo que parece resultar de uma riqueza herdada – passa a ser sinônimo de uma riqueza *merecida*, *fruto de trabalho*, resultado de uma ascensão social conquistada individualmente. É quando, também, produtos outrora considerados exotismos relacionados unicamente a jovens excêntricos ou “coisas supérfluas” de libertinas adquirem um estatuto de “coisas necessárias”, triviais e úteis.

Assim, mesmo que o luxo fosse, como foi dito certa vez, na “seção Bric a Brac” da revista *A Cigarra* (1920), “uma doença rebelde a toda cura”, ele não estava isento de transformar-se numa necessidade banal e incontornável, comprometida com os critérios de utilidade da vida diária. Enquanto parte do conforto permaneceu um luxo, ou seja, continuou a ultrapassar a contabilização cotidiana e a ser solidária da ostentação das riquezas, situando-se, portanto, próxima à necessidade de afirmação de um poder supremo e exclusivo, muitos aspectos da vida confortável conquistaram o curso trivial do cotidiano. Especialmente nas décadas mais próximas a meados desse século, *prometer* conforto tornou-se um gesto habitual na mídia e, em particular, na publicidade. Com efeito, existem diferenças importantes nos sentidos do conforto e do luxo, mas, igualmente, semelhanças estratégicas entre eles, típicas de uma sociedade onde os serviços urbanos básicos não são uma realidade na vida de toda a população. Os serviços e equipamentos voltados ao abastecimento de água na cidade de São Paulo estão, aliás, entre os mais reveladores dessa situação: funcionam como um conforto e também como um luxo. O conforto se afirmava justamente quando incluía em seus sentidos tanto o supérfluo quanto o necessário. Ou seja, em várias circunstâncias, defini-lo puramente como sendo ligado ao excesso, ao luxo, ao supér-

fluo, ou, ao contrário, às experiências necessárias, normais e fundamentais à vida urbana seria empobrecer os seus significados e reduzir as sutilezas que compõem a sua história.

Resta que as qualidades associadas ao conforto vão ser atreladas, cada vez mais intensamente, à paulatina importância que a ciência e a tecnologia adquiriram no curso desse século. Mas se, por um lado, cada objeto criado para fornecer conforto veicula a promessa da conquista do bem-estar e do progresso tecnológico, por outro, ele abre uma nova zona de receios e de intolerâncias antes desconhecidas. Através desse aspecto paradoxal, somos convidados a relativizar tanto um fascínio totalizador perante os progressos industriais, em particular aqueles da higiene e do bem-estar, quanto uma crença na derrocada absoluta de todos os valores diante das invenções científicas e técnicas destinadas a proporcionar uma vida confortável. Trata-se, ao contrário, de perceber o quanto a história se faz e se atualiza através de invenções para o conforto que conjugam liberdades e coações, o quanto ela traz novas soluções para o bem-estar e, em seu cerne mesmo, fabrica novas intolerâncias e problemas outrora impensados. Além disso, não é apenas o novo que se descortina nessa história ainda mal conhecida, mas também a sua conjugação com mitos e receios antigos, como aqueles relativos à sujeira, à aspereza dos materiais e dos contatos.

RESISTIR ÀS FORÇAS NATURAIS: O CONFORTO NA CIDADE

Ao longo da história da cidade de São Paulo, as tentativas dos moradores de controlar enchentes, solucionar problemas oriundos dos períodos de seca, dominar os efeitos das chuvas sobre as casas e as ruas, em suma, de “resistir às forças naturais”, nem sempre foram asseguradas pelos poderes públicos e privados. Além disso, os “odores e cenários inatuais”, tais como o banho a céu aberto, a presença forte dos chafarizes e o uso de matagais para os fins mais diversos, assim como antigas distinções entre o dia e a noite, anteriores à iluminação elétrica, não desapareceram do espaço da cidade rapidamente nem totalmente ou, apenas, graças às ações coercitivas da polícia e da medicina higiênica.

Todavia, ao ser transformado numa diversificada indústria, o conforto serviu como argumento para as iniciativas, públicas e privadas, destinadas a emprestar a certas regiões de São Paulo um aspecto menos rural e mais urbano. Isso é válido, sobretudo, para o período posterior a

1870. Já nessa década, foi inaugurada a iluminação a gás e a primeira linha de bondes para a cidade. Entre 1870 e 1874, São Paulo recebeu 1.275 habitantes novos e, cinco anos mais tarde, o número de imigrantes registrado seria de 14.416.⁹ O Código de Posturas de 1875 incluiu a proibição de costumes outrora bem-aceitos, o que significou, em grande medida, eliminar das ruas, praças, rios e casas os traços do mundo ligado às fazendas e aos sítios, traduzidos como sintomas de atraso ou como indícios de pobreza, ou, ainda, como uma demonstração de que a cidade não havia se desvencilhado de seus ares coloniais.

Leis e códigos de postura foram muito ilustrativos sobre as tentativas de impor uma ordem urbana à cidade. Segundo o Código de Posturas de 1886, por exemplo, o espaço público deveria ser remodelado, aumentando a largura mínima das ruas, definindo a altura dos edifícios no alinhamento regulamentado, assim como padronizando as medidas de portas, janelas, sacadas, etc. (Rolnik, 1997, p.34). Segundo esse código, a cidade não poderia mais guardar certos aspectos tradicionais ligados à religiosidade, às festas e aos costumes que, até então, pareciam usufruir alguma positividade e mesmo alguma inocência. Esse código chegou a proibir os batuques e cateretês, as fogueiras de festas, a criação de gado em terrenos de plantação, o entrudo e, ainda, a posse de caixinhas de esmolos nas casas particulares “para almas ou para qualquer santo”.¹⁰

É interessante observar que esse código desprezou certos materiais utilizados nas construções de casas e ranchos, em favor de produtos industrializados: entre estes, destacam-se o sapé, a palha, a taipa, o barro e a madeira. Segundo o código, os quintais das casas não poderiam abrigar “ranchos ou puxados cobertos de capim, palha ou sapé”, nem “casas de meia água”; as sacadas de madeira e as rótulas foram proibidas. Alguns utensílios de uso doméstico foram considerados anti-higiênicos e, ao mesmo tempo, um símbolo de atraso social: conforme o artigo 88, ficava proibido, nas tavernas e botequins, o uso de vasilhas de ferro ou cobre não estanhados. Também por motivo de higiene, no artigo 91, recomendava-se vender leite em vasilhas de louça ou folha-de-flandres, fechadas com cadeado e torneira. As bombas de cobre utilizadas nos depósitos de água foram consideradas nocivas à saúde. Segundo Jardim, a proibição de vasilhas que não fossem de cobre também era necessária para a higiene militar: nos quartéis, era recomendado o uso de vasilhas de ferro esmaltado. Jardim (1894, p.12-45), que era médico e diretor do hospital militar da brigada de polícia de São Paulo, recomendava, também, o estabelecimento de descargas automáticas nas latrinas, muita ventilação e luz nos cômodos. A luz e a ventilação combateriam o *spleen*.

Nessa época, existiam diversos tipos de aparelhos sanitários aconselhados por médicos e engenheiros. Entre eles, os mais citados eram os *water-closets* ingleses, que podiam ser classificados em três divisões: aqueles munidos de uma simples válvula e de sifão; aqueles denominados *wash-out-closets*, munidos com uma bacia de água e sifão inferior com ou sem válvula. E o *hopper-closets* ou *hotte-closets*, funcionando sob a ação direta da água com sifão, desprovido de válvula. Este último é o que mais se aprovava nos meios científicos.¹¹ Havia, ainda, uma série de invenções e adaptações nacionais, as quais, nem sempre, conseguiam ganhar alguma fama ou fatia do mercado: em 3 de março de 1913, por exemplo, o jornal *O Estado de São Paulo* noticia que o senhor Pedro Monte Santo inventou um aparelho sanitário denominado “Monte”, o qual ficou em exposição num escritório da cidade.¹² Junto com o *water-closet*, o comércio do papel higiênico também começava a ganhar visibilidade nos jornais, em particular, naqueles posteriores a 1900.¹³

Todavia, as reclamações sobre a falta de salubridade se diversificavam nos jornais e revistas. No jornal *A Capital*, por exemplo, a Seção do Povo era um espaço para o qual foram freqüentemente dirigidas reclamações sobre “águas podres, estagnadas, lixo acumulado, falta de higiene” em várias localidades da cidade.¹⁴ Na medida em que os boletins sanitários se banalizavam e que a moradia paulistana se transformava mais numa unidade de consumo do que de produção, a criação de animais em quintais de terra e a presença de hortas e pomares nas casas da cidade foram submetidas à fiscalização e à crítica das autoridades locais. Os formigueiros tornaram-se mais incômodos do que nunca. Para diversos fiscais de rua e sanitaristas, os formigueiros ameaçavam, em grande medida, a ordem da cidade. Sua extinção chegou a fazer parte das medidas do Código de 1886.

Segundo o mesmo código, cortar lenha e “destruir as matas nos montes que rodeiam a cidade e povoações” eram atitudes sujeitas à punição.¹⁵ Tudo indicava que havia um esforço crescente para modificar o aspecto antigo da cidade e transformá-la em centro urbano capaz de contribuir para o fluxo comercial em desenvolvimento. O despejo das “águas servidas” também fazia parte das práticas que se tornaram objetos de inúmeras críticas nos jornais e atas da Câmara. Após a década de 1880, sobretudo, autoridades públicas, médicos e diversos moradores da cidade vão defender a idéia de que as águas servidas não deveriam desaguar em qualquer lugar, enquanto, segundo o artigo 262, “logo que a Câmara estabelecer urinadouros públicos, ninguém poderá urinar nas ruas e paços da cidade”. O artigo 97 impôs o fechamento das carroças que trans-

portavam materiais fecais para que estes não fossem derramados em locais indevidos e estabeleceu um horário para o despejo dos mesmos. Era preciso manter o isolamento também dos caixões que transportavam os mortos de doenças contagiosas, especialmente quando se tratasse de morte causada por febre amarela.¹⁶

As multas e a fiscalização confirmaram o quanto certas experiências passaram a ser consideradas tipicamente rurais, embora ainda pertencessem amplamente ao espaço urbano. Os exemplos são numerosos a este respeito. Entre eles, temos que, em 5 de janeiro de 1889, o fiscal Olegario Brasiliene multou, em cinco mil-réis, Luiz Charque, por conservar porcos vagando na Rua do Commercio da Luz; em 12 de abril do mesmo ano, o fiscal do Sul da Sé, Alfredo Azevedo, torna pública a proibição aos senhores chacareiros de conservarem o lixo para o plantio de suas chácaras sem antes o terem desinfetado de dois em dois dias pelo menos.¹⁷ A limpeza das ruas era bastante dificultada pela falta ou precariedade do calçamento.¹⁸ A Câmara pagava a empresas particulares a realização da limpeza das ruas e execução dos calçamentos, mas os serviços das empresas contratadas eram constantemente alvo de reclamações da população.

Em 1893, através do ato n.2, foi realizado um contrato protocolado com uma empresa particular para os serviços de coleta domiciliar e de varrição e lavagem das ruas, bueiros, bocas-de-lobo, incineração do lixo, etc. A empresa era a Mirtil Deutsch e Fernando Dreyfus e o contrato deveria durar até 1913.¹⁹ Somente nessa data, com a organização da administração municipal, instituiu-se uma Diretoria de Polícia de Administração e Higiene, a primeira criada após a extinção da Intendência de Polícia e Higiene em 1899 (Lopes, 1998, p.43). Antes disso, em 1894, foi promulgado o Código Sanitário do Estado, contendo centenas de artigos sobre higiene e saúde.²⁰

Contudo, as queixas da população dirigidas às autoridades públicas, reclamando da falta de asseio nas ruas e, especialmente, da ausência de obras capazes de livrar os moradores dos danos causados por enchentes e acúmulo de lixo, não nasceram com o código. Elas são mais antigas. Desde 1860, elas incluem a demanda por serviços de saneamento das ruas, becos, rios e casas comerciais. No período imperial, já havia um “corpo de polícia” destinado a “zelar pela ordem e limpeza publica” da cidade.²¹ Além disso, não se trata simplesmente de uma situação em que as autoridades exigiam limpeza e higiene e a população pobre obedecia ou transgredia tais exigências. Mais complexa e dinâmica do que essa suposta situação, o que ocorre é a emergência de diversas reivindi-

cações e exigências de limpeza. E elas estavam longe de ser semelhantes, de possuir os mesmos princípios (morais, científicos, religiosos). A higiene, por exemplo, era uma reivindicação de moradores pobres e ricos, de médicos e autoridades públicas. No entanto, eram diversos, para esses indivíduos, os seus significados, funções e modos de conquistá-la.

A crítica à falta de “comodidades” e higiene na cidade aparecia com frequência dentro e fora dos documentos oficiais. Segundo o satírico *O Cabrião*, por exemplo, o ano de 1866 foi “a época das lamparinas e do chafarizes secos”. Várias vezes, em suas páginas, é feita menção ao lixo acumulado ao lado de chafarizes, no meio das ruas principais da cidade e em frente às portas de diversas moradias. A falta de água flagelava a população, assim como as enchentes dos rios. O Tamanduatehy era acusado de ser foco de doenças de todo tipo: suas enchentes causavam problemas que nem sempre eram combatidos pelas autoridades públicas.²² Num comunicado ao jornal *Correio Paulistano*, em 1854, um longo artigo já acusava os problemas da cidade, resumidos em torno da lama, da falta de limpeza das águas sujas nas ruas e dos “remendos” que caracterizavam as ações do poder público no que concernia ao saneamento urbano.²³ Os ditos remendos apareciam, especialmente, quando se tratava de investigar os serviços de abastecimento de água e a manutenção dos chafarizes. Por vezes, uma obra para o conserto de um chafariz era anunciada e elogiada nos jornais, mas nem sempre colocada em ação, ou, se o era, havia, ainda, o risco de não ser adequada.²⁴ A ineficiência da fiscalização era constantemente denunciada e, por vezes, apelava-se para a caridade de moradores prestigiosos e abastados, na tentativa de que eles viessem ao socorro daqueles que mais sofriam com os resultados maléficis das enchentes e da falta de serviços de recolhimento de lixo.²⁵

Cidade de barro, “lamacenta”, destituída de equipamentos urbanos fundamentais, tais como rede de esgotos, água, calçamento fixo e coleta regular de lixo: esta é, *grosso modo*, a visão de São Paulo oferecida pelos que enviavam suas reclamações à Câmara. “As forças da natureza”, tais como as chuvas, por exemplo, estavam longe de ser submetidas ao controle humano, e as marcas ou conseqüências dessa falta de domesticação da natureza não eram raras no cotidiano paulistano.

Principalmente antes da ferrovia, São Paulo conciliava o urbano com o rural de maneira intensa e, segundo Toledo (p.13-14), era “uma cidade de barro”: as torres, as casas térreas, os sobrados, a cadeia, as ruas sem calçamento, o piso do Largo do Palácio, todos eles eram feitos de barro. E, ainda, casas de paredes de taipa de pilão e o uso do barro bran-

co para o revestimento forneciam um aspecto rústico à cidade na visão de diversos memorialistas.

Se verificarmos as fotografias de Militão Azevedo, entre 1862 e 1887, é possível concordar com Toledo: mesmo durante a segunda metade do século XIX, São Paulo guardava construções com materiais que os códigos consideravam insalubres e anti-higiênicos. Na verdade, os “frutos da natureza” pareciam servir ao cotidiano de muitos habitantes e, ao mesmo tempo, a disputas acirradas. A madeira era um deles. Nos papéis avulsos da década de 1860, existem inúmeras reclamações da população sobre o hábito de “retirar madeira do terreno”, ou seja, sobre o fato de haver derrubada de árvores e disputas pela apropriação das mesmas com o intuito de obter lenha e material de construção para as moradias, além de diferentes instrumentos de trabalho.

Algumas construções, ao contrário daquelas que utilizavam a taipa, incluíam o tijolo, e, com ele, seus construtores prometiam isolar os moradores dos desconfortos da umidade proveniente das águas das chuvas e enxurradas. O recurso ao tijolo era combinado com aquele das caixas de ar – porões – nas edificações, respondendo, assim, à intenção de manter o primeiro pavimento afastado do terreno. Evitar a umidade e a falta de ventilação e, por conseguinte, superar doenças e seus desconfortos eram reivindicações de engenheiros e higienistas residindo em São Paulo, desde meados do século passado. Caixas de ar e técnicas de revestimento utilizando o betume respondiam, em parte, a essas necessidades.²⁶ As alcovas desprovidas de janelas também foram alvo de críticas médicas e serviram de contra-exemplo aos novos modelos de moradia, emergentes na segunda metade do século. Nesse momento, nos sobrados mais finos, ocorreu uma especialização dos espaços outrora desconhecida. Salas de espera, de costura, de bilhar, de música e de leitura separavam atividades e criavam lugares destinados exclusivamente ao convívio social. Para as famílias abastadas, era, ao mesmo tempo, luxuoso e confortável dispor de diversos cômodos destinados a atividades diferentes.

Certamente, a defesa de serviços de higiene no espaço público deu lugar a um novo regime de economia urbana e doméstica. Problemas outrora pouco evidentes, como os da qualidade das águas, da limpeza dos ribeirões, da transformação de várzeas em centros de reunião, de recreio e de “comodidade”, começaram a ter um papel de destaque na imprensa.²⁷ No entanto, durante muitos anos, apesar dos códigos de postura coibirem e censurarem, a lavagem de roupas e os banhos a céu aberto, em rios e lagos, não desapareceram rapidamente.

O Código de 1873, em seu artigo 10º, já declarava que “todo aque-

Ile que fôr encontrado tomando banho nos rios da Cidade, em plena nudez, incorrerá na multa {de 10\$000}”.²⁸ Contudo, o Valle do Anhangabaú, por exemplo, serviu, durante muito tempo, como um lugar de usufruto da água para fins muito diversos daqueles previstos pelos códigos e, por vezes, excessivamente distantes das regras morais que uma pequena elite almejava estabelecer para todos. Em 21 de fevereiro de 1913, por exemplo, o jornal *A Capital* publicou um artigo intitulado “O valle do Anhangabahu transformado em lugar de banhos públicos?”. Nele, era dito que “meninos de 10 a 15 annos, todos os dias, iam ao Valle do Anhangabahu por debaixo do Viaduto do Chá, no antigo terreno da Chacara da loja Flora, afim de brincar e tomar banho completamente a Adão”. A notícia também afirma que sobre as águas foi vista “uma grande folha de zinco, do centro, qual barco, sem rumo certo, tripulado por um argonauta nu”. Além disso, “quatro marmanjos, tambem em vestes paradisiacas, tomavam banho no lamaçal immundo.”

Além dos freqüentes banhos nos rios, “matinhos e matagais” serviam como banheiros a céu aberto. O desvelamento público de atos hoje amplamente coagidos a manterem-se dentro dos limites do banheiro parecia ser mais usual na cidade de outrora. Mesmo o banheiro, quando havia, costumava ficar em locais separados do restante da casa, em geral nos quintais e fundos das mesmas. Várias vezes, o contato com a água era viabilizado por profissões e aparelhos hoje esquecidos: chafarizes e aguadeiros foram alguns deles, sem contar as casas de banho, tal como a “Sereia Paulista”, no Largo São Bento, a qual, segundo Ernani Bruno, “ficou famosa também por seus bifés e pelos seus vinhos estrangeiros, pois era igualmente restaurante e ponto de reunião”, misturando, portanto, higiene e alimentação, limpeza do corpo e lazer.²⁹

Todavia, a necessidade de generalizar o uso de aparelhos higiênicos atingiu vários bairros, inclusive aqueles em que residia a população pobre. Em 1893, por exemplo, um exame das condições higiênicas considerou a presença e o estado das latrinas, torneiras, ladrilhos, telhados, ventilação, luminosidade nas moradias pobres de Santa Efigênia.³⁰ A ameaça das epidemias suscitava receios novos e acordava fantasmas antigos ligados ao medo do contágio, dando lugar a políticas públicas de fiscalização e de saneamento, em particular quando se tratava dos espaços habitados pelas classes populares, tradicionalmente consideradas como os principais focos de contágio e, portanto, de perigo.³¹ Para diversos médicos empenhados em evitar tal contágio, a busca do conforto confundia-se com aquela voltada à cura das doenças e ao saneamento urbano. Um ano antes daquele relatório, o *Diário Popular* havia criado um

espaço no qual uma série de artigos sobre o saneamento de São Paulo teria lugar. Em geral, esses artigos apontavam a falta de drenagem e a insuficiência da rede de água e esgotos em funcionamento na época.³²

Ao mesmo tempo, diferentemente da primeira metade do século XIX, na segunda, as atas da Câmara Municipal discutiam freqüentemente a necessidade de construção de equipamentos de saneamento para a cidade e de obras destinadas à urbanização, capazes de oferecer aos habitantes condições de higiene associadas ao conforto e à saúde.³³ Diversos produtos destinados à higiene são anunciados nos jornais como instrumentos de ingresso no mundo civilizado e confortável.³⁴

DO CONFORTO DOS MOVIMENTOS AO BEM-ESTAR NA INTIMIDADE

Os leilões publicados nos jornais das últimas três décadas do século 19 e, ainda, os anúncios publicitários desse período evidenciam a valorização de objetos destinados a proporcionar conforto, aliado tanto à higiene quanto ao balbuciar de um gosto pelos cuidados corporais que prescindem da presença de toda testemunha. A cena amplamente explorada pela literatura e pela pintura de uma empregada despindo a dona da casa e cuidando de seu banho, ensaboando o corpo da patroa, enxugando-o para, em seguida, vesti-lo não tardará a ser recoberta por pudores até então desconhecidos. Muito do que era luxuoso tornou-se incômodo, pois, no decorrer desse século, o conforto começou a exigir maior discrição na relação que cada indivíduo mantém com o seu corpo. “Banheiras mecânicas”, de chuva e de alta pressão, “bacias esmaltadas com válvulas”, bidês, lavatórios ingleses luxuosos e, ao mesmo tempo, funcionais, suscitaram um contato mais estreito do indivíduo com ele mesmo, em espaços privados e separados da presença alheia.

Ao sabor do fascínio pela mecanização dos serviços cotidianos e do afã higienista que começava a influenciar os mais diferentes escritores e autoridades locais, é criada, na cidade, no ano de 1890, uma lavanderia a vapor. Alguns adeptos da associação entre máquinas e progresso urbano não tardaram a ver longe o tempo (que lhes era totalmente contemporâneo) das lavadeiras nos rios e várzeas: “dentro em breve não mais se verá ao longo das margens do Tamanduatehy nas proximidades das varzeas do Carmo e da Luz, o pittoresco panorama da lavanderias primitivas”, pois as “pobres lavadeiras dos rios” serão ultrapassadas pela lavanderia a vapor.³⁵

As invenções técnicas e científicas produzidas em nome do progresso fomentavam antigos sonhos de superação do passado colonial e também criavam novas visões do passado: as lavadeiras, por exemplo, ganham, na melhor das versões, um aspecto pitoresco.³⁶ Amoldar-se ao progresso significava perceber que “as lavadeiras de beira-rio do Tamanduatei, principalmente, já começaram a sofrer a concorrência das lavanderias públicas a vapor” (Azevedo, p.27). Do mesmo modo, certos materiais domésticos começaram a ser classificados como anti-higiênicos e desconfortáveis, tais como a lenha de Santo Amaro. Esta se tornou insalubre assim que surgiu a lenha vegetal, com o comércio dos imigrantes italianos.

No final do século, o conforto associado à beleza e à higiene do espaço da cidade ganhou uma visibilidade maior nos jornais e revistas: “Não precisamos simplesmente ser uma cidade rica e progressiva, carecemos também de ser uma cidade saudável, higienica, cheia de comodidades e atractivos de belleza”.³⁷ Ruas confortáveis significavam, em particular, ruas limpas e desobstruídas.³⁸ Esta exigência, porém, penetrava o interior das casas e quintais particulares. As visitas sanitárias, no final do século, assumem a forma de uma verdadeira cruzada em prol do “progresso e da limpeza”. Mas é interessante observar que, apesar de sua atuação e da aplicação efetiva de multas aos infratores, não é nem um pouco seguro afirmar que essas visitas conseguiram atingir a contento os seus objetivos. Assim, por exemplo, algumas maneiras de escapar das visitas pareciam constantes. Médicos e autoridades públicas vêm a público reclamar sobre as atitudes de inúmeras famílias que “não gostam das visitas sanitárias” e, portanto, fazem seus agentes esperar um longo tempo, fora das casas, com a desculpa de que chegaram no horário das refeições.³⁹ Escapar às fiscalizações e burlar as medidas novas de higiene pareciam ser atitudes freqüentes.⁴⁰ Abrigar clandestinamente “variolosos”, por exemplo, era, igualmente, uma prática mais freqüente do que desejava a inspetoria de higiene do final do século.⁴¹

Mas, em alguns locais da cidade, paisagens e hábitos considerados excessivamente rústicos e pouco afeitos às noções de higiene e progresso foram empurrados para as margens do centro urbano e, de preferência, para além da Várzea do Carmo. Os esterquilínios e todo o ervaçal que, segundo Bueno (1976, p.21-22), eram freqüentes nos anos de 1820 e que, por vezes, ficavam dias misturados aos conteúdos despejados dos tigres da cadeia e dos quartéis, tenderam a encontrar abrigo em lugares ainda pouco valorizados pela especulação imobiliária.

Em 1920, quando a cidade contava com cerca de 587.072 habitantes, além da demarcação entre perímetro urbano e perímetro rural, en-

contraremos aquela de zona central e zona suburbana. Doravante intensifica-se o descaso pela presença de uma horta ou de um galinheiro no jardim das casas da elite paulistana (Filho, 1983). Animais e plantas comprometidos com o mundo escravocrata e rural, quando existentes, deveriam estar limitados ao espaço do fundo do quintal. No espaço público, igualmente, a presença de aves e outros animais era sujeita a intervenções, multas e críticas por vezes contundentes.⁴²

O lar confortável era aquele em que havia “um lugar para cada objecto e cada objecto no seu lugar”.⁴³ Conforto significava sentir-se *à son aise*, o que exigia um mobiliário que, segundo a publicidade da época, deveria ser leve, alegre e moderno. Novamente, alguns materiais usuais dentro das moradias começaram a adquirir um aspecto pouco “moderno” e bastante desconfortável. Os colchões de palha tornaram-se incômodos perante aqueles de clina que, mais tarde, serão superados pelos de mola. Os estofados e acolchoados tornaram-se peças obrigatórias em residências consideradas finas: “Acolchoados para camas. A maior fábrica da America do Sul. Produção diaria 200 acolchoados. Especialidade: acolchoados de pura seda, artigo muito fino e chic com enchimento de plumas, paina de seda, lã, etc”.⁴⁴

É interessante observar o quanto a valorização do conforto deu lugar a invenções de todo tipo: móveis e utensílios engenhosos, e por vezes bizarros, eram inventados ao sabor do entusiasmo pela associação entre progresso tecnológico e conforto. Muitos desses aparelhos tiveram vida curta, não foram patenteados e permanecem desconhecidos da grande maioria da população.⁴⁵ Outros, ao contrário, tornaram-se conhecidos e seus anúncios publicitários eram freqüentes nos jornais.⁴⁶

Na década de 1920, a familiaridade existente entre conforto e vício, sustentada por uma moral avessa à busca de bem-estar individual, parecia não resistir aos apelos daquela era do automóvel, do incentivo à indústria do turismo emergente, do prazer de utilizar os novos produtos de higiene coloridos e perfumados, de freqüentar os salões de beleza das lojas de departamento em desenvolvimento, de abandonar espartilhos, penteados complicados, chapéus pesados, de arejar o corpo e as casas. Nessa época, o conforto se tornou um argumento poderoso aos anúncios publicitários de diferentes produtos, enquanto a técnica norte-americana de propaganda era introduzida no País através da General Motors (Orlandi, 1967, p.17).

“Ocupar-se de si mesmo” ganhava, pois, uma legitimidade inédita, e, por conseguinte, a indústria e o comércio de artigos sanitários tendem a expandir-se. Exemplo dessa expansão foi aquele da fábrica e dos

escritórios da S.A. Souza Noschese. Instalados em 1910, em São Paulo, eles ganharam um novo significado, ao conquistarem uma área de 8.398 metros quadrados e cerca de setecentos trabalhadores.⁴⁷ Além dela, surgem outras empresas, tais como a Celite, em 1942, especializada em louças para banheiro, a Deca (uma subdivisão da Duratex), que também atuaria no setor de acessórios para banheiros, a Acquaviva, entre outras.⁴⁸

Ocupar-se de si mesmo autorizava, igualmente, a elaboração de um corpo tornado “sujeito primordial”, sensível e pleno de desejos.⁴⁹ Época não somente de redescoberta do prazer de colocar o corpo em movimento acelerado através da prática esportiva, mas, também, de um detalhamento crescente das regras de higiene, da modernização das técnicas de embelezamento e de valorização assídua do tempo e do espaço capazes de oferecer conforto e bem-estar.⁵⁰ Com a moda do vestidos leves, retos e decotados, que dispensam os espartilhos, com o encurtamento das saias e dos cabelos, que fazem a fama de artistas cujos corpos longilíneos e ágeis desafiavam facilmente pudores e conceito morais, as imagens femininas elogiadas nas revistas pesquisadas ganhavam uma nova idade: “com a moda e com os hábitos de nossa época tudo é possível... tudo menos afirmar com segurança, à primeira vista a idade de uma mulher”.⁵¹ O conforto era, assim, associado às aparências sempre jovens, cuja idade e cuja identidade eram difíceis de circunscrever. Roupas, calçados e cosméticos capazes de fazer todas as idades serem equivalentes são inseridos, como num passe de mágica, no rol de produtos confortáveis, promotores de bem-estar e de prazer.

Por conseguinte, aumentaram significativamente as preocupações em combater as doenças e em liberar o organismo humano de toda “impureza”. Preocupações que coincidem, não por acaso, com a intenção de fomentar a eficácia no trabalho industrial, de “liberar” a cidade de todo vício ou movimento improdutivo. O objetivo era o de limpar os espaços urbanos e os corpos, fortalecendo, assim, a ciência e o trabalho (Sant’Anna, 1996). Mas, por isso mesmo, o conforto não se limitava às comodidades provenientes das mobílias das famílias de elite ou à higiene das ruas. Ele começava a indicar uma relação do indivíduo com o seu corpo, que passava pelo usufruto do prazer de estar consigo.

Assim, por exemplo, a tradicional aplicação de ventosas como tratamento médico começava a ser malvista, não apenas devido a críticas de natureza científica, mas, também, porque elas eram acusadas de provocar desconfortos de vários tipos. Numa charge publicada em 1920, por exemplo, uma senhorita diz a seu médico que não colocará ventosas da cintura para cima, porque isto a impediria de sair de casa para seus laze-

res.⁵² Diferentes produtos foram criados com o intuito de favorecer e fortalecer a ampliação do espaço que cada indivíduo dedica aos cuidados de si, especialmente ao conforto de seu corpo.⁵³ E, nessa era da aspirina, parecia que para qualquer tipo de dor haveria sempre algum elixir, pílula ou xarope, prometendo alívio e cura rápida.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, após a década de 1920, a história do conforto começou a ser constituída, sobretudo, por um combate persistente contra todo incômodo, incluindo dores orgânicas e mal-estar físico. Caberia dizer que, doravante, o conforto se transformaria numa modalidade do bem-estar cujas fronteiras com a saúde serão incertas. Progressivamente, o prazer de “estar consigo” aliou-se ao culto à descontração corporal e à influência do modo de vida americano nas grandes cidades brasileiras. Após os anos 40, quando inúmeras empresas norte-americanas se estabeleceram no País, o estilo americano, adepto do pragmatismo e de um novo dinamismo corporal e urbano, autorizou, por um lado, uma maior atenção aos cuidados corporais. Mas, por outro, agudizou a intolerância em relação “as más condições de higiene” e à falta de conforto dentro das casas. Os momentos de intimidade, que com *glamour* e sedução começavam a ser explorados pelo cinema e pelas revistas femininas, davam lugar ao desenvolvimento da indústria dedicada ao embelezamento e ao conforto do banheiro, da cozinha e dos produtos e equipamentos destinados aos cuidados corporais, ao lazer e ao repouso. Tendência que atingiu o apogeu após a Segunda Guerra, quando o conforto foi eleito um dos principais passaportes para ingressar homens e mulheres no mundo “moderno” prometido pela publicidade. Doravante, cada um seria instigado a adaptar o conforto dos objetos e equipamentos a seu estilo de vida. Sabedoria ligada ao desaparecimento do duro em favor do macio, da aspereza em proveito do liso, a emergência do conforto após a Segunda Guerra será um testemunho extraordinário da promoção de um individualismo de massa.

NOTAS

1. Pesquisa financiada pelo CNPq.
2. *Diário Popular*, 10 de novembro de 1884, p.1.
3. *Diário Popular*, 10 de novembro de 1884, p.2.
4. Entre eles, destacamos: Perrot, Philippe. *Le luxe, une richesse entre faste et confort XVIII-XIX siècle*. Paris: Seuil, 1995; Baudrillard, H. *Histoire du luxe privé e public depuis l'Antiquité jusqu'à nos jours*. 4.v. Paris: Hachette, 1878-1880.

5. *Correio Paulistano*, 8 de julho de 1892, p.3.
6. *Correio Paulistano*, 8 de julho de 1892, p.4.
7. *Correio Paulistano*, 23 de julho de 1892, p.3.
8. Em 1897, por exemplo, nas obras particulares registradas, encontramos apenas duas residências que possuíam banheiro dentro da casa: as residências de Guilherme Hansen e de João de Carvalho. *Série Documental, Obras particulares*, 1893-1896.
9. *Curso da Agua*, São Paulo. São Paulo: Governo do Estado/Sabesp, 1988, p.29.
10. *Código de Posturas do Município de São Paulo*, 6 de outubro de 1886. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1940.
11. Saneamento de São Paulo. *Diário Popular*, São Paulo: Typographia da Cia Industria de São Paulo, 1892, p.81-89.
12. *O Estado de São Paulo*, 3 de março de 1913. Sobre fossas e latrinas, incluindo desenhos e análises de médicos e engenheiros, ver Penna, Belisario. *Saneamento do Brasil*. 2.ed., Rio de Janeiro: Jacintho R. dos Santos, 1923. Diversos estudos médicos sobre vermes intestinais também analisaram as latrinas, fossas e aparelhos de higiene. Ver, por exemplo, Gomes, Placido. *Da frequência dos vermes intestinais. Estudo medico-social de propaganda*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1910.
13. *Diário Popular*, 16 de novembro de 1900.
14. Ver, por exemplo, *A Capital*, Secção do Povo dos dias: 24 de agosto de 1912, 7 de setembro de 1912, 13 de setembro de 1912, 29 de janeiro de 1913.
15. Ver, também, A crise da lenha. *Correio Paulistano*, 26 de julho de 1891, p. 1.
16. *Diário Popular*, 3 de março de 1892, p.2.
17. *Correio Paulistano*, 5 de janeiro de 1889, p.2, e 12 de abril de 1889, p.3. Sobre multas, fiscalizações e regras para a manutenção da higiene dos espaços públicos, os exemplos nos relatórios de governo são numerosos. Por exemplo, o *Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços no districto de Santa Ephigenia*, p.43-54.
18. Limpeza publica e particular. *Relatório de Governo*, 1896, p.8-9; *Acto Executivo n°4*, 14 de março de 1896.
19. *Breve histórico da limpeza urbana no município de São Paulo*, São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras, s/d.
20. Um bom resumo das principais medidas sanitárias ocorridas no Brasil durante as décadas de 1890 e 1900 é fornecido por Torres, Theophilo. *La campagne sanitaires au Brésil*. Paris: Escripatorio de Informações do Brazil, 1913.
21. *A Província de São Paulo*, 17 de abril de 1877, p.3.
22. Ver *O Cabrião*, 1866.
23. *Correio Paulistano*, 17 de agosto de 1854, p.1-3.
24. A este respeito, ver, por exemplo, o polêmico problema dos canos comprados para conserto de chafarizes: canos que não possuíam as dimensões suficientes para a água obtida. *Correio Paulistano*, 15 de julho de 1854, p.3, e *Papéis Avulsos*, 1854, p.25-36.

25. *Correio Paulistano*, 16 de agosto de 1854, p.3.
26. Ver, por exemplo, Röhe, Guilherme Frederico. Higiene da habitação. Nossas habitações. Humidade, ar e luz. *Revista dos Constructores*. Rio de Janeiro, n.8, p.120-123, set. 1886; *São Paulo em 1860*, álbum de fotografias de autoria de Militão A. de Azevedo, fotos n.45-31; Kidder, D. P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
27. Os anúncios sobre “obras de esgoto”, de vendas de “mictorios, bidets, lavatorios, pias para cosinha e copa” começam a tornar-se freqüentes no jornal *Correio Paulistano*, a partir do final da década de 1870. Ver, por exemplo, *Correio Paulistano*, 4 de janeiro de 1880, p.3.
28. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 9 de agosto de 1873, p.1.
29. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 9 de agosto de 1873, p.1, 2 e 3.
30. *Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços no districto de Sta. Efigênia*. Apresentado por Cezario Motta Jr., São Paulo, 1893 (mimeo.).
31. Febre Amarella. *Correio Paulistano*, 16 de julho de 1896, p.1.
32. *Diário Popular*, n.2738, 2 de maio de 1892.
33. É interessante notar que os anúncios publicitários valorizando aqueles que compravam filtros de água para suas moradias começaram a aparecer com freqüência, na década de 1890, associados às palavras e à autoridade do higienista. Ver, por exemplo, *Correio Paulistano*, 25 de agosto de 1896, p. 4, o anúncio para os filtros Chamberland “recomendados pelos afamados higienistas”.
34. A publicidade das latrinas Unitas, “aprovadas pela Inspectoria de Hygiene”, é um exemplo forte dessa tendência. *Correio Paulistano*, 18 de junho de 1896, p.4. O anúncio para os sabonetes Rifger, também aprovados por aquela inspetoria, é outro exemplo. *Correio Paulistano*, 1º de julho de 1896.
35. *Correio Paulistano*, 5 de julho de 1890, p.1.
36. O mesmo ocorre com a presença de vaqueiros e de vacas leiteiras, acusadas de estarem “em todos os bairros”, produzindo sujeira e obstruindo passagens. Ver, por exemplo, *Correio Paulistano*, 8 de janeiro de 1891, p.1.
37. *Correio Paulistano*, 15 de fevereiro de 1891, p.1.
38. Ver, por exemplo, *O Estado de São Paulo*, 30 de agosto de 1890, p.1; *Correio Paulistano*, 8 de janeiro de 1891, p.1; 1º de julho de 1893, p.1; 6 de julho de 1893, p.1.
39. *Correio Paulistano*: 21 de junho de 1892, 10 de dezembro de 1892, 8 de outubro de 1893, p.1.
40. Ver, por exemplo, *Correio Paulistano*, 28 de outubro de 1893, p.1; 4 de novembro de 1893, p.1.
41. *Correio Paulistano*, 30 de agosto de 1891, p.1.
42. *Officio Dirigido à Câmara*, sobre “mercado de fructas, aves e verduras” e “limpeza publica”, 1926, p.14-15.
43. *Eu sei Tudo*, n.37, junho de 1920, p.5.

44. *A Capital*, 3 de maio de 1913.
45. Ver, por exemplo, uma cadeira de balanço acoplada à uma espécie de ventilador impulsionado pelo mover da cadeira. *Correio Paulistano*, 23.7.1893, p.1.
46. É o caso das diferentes cintas e coletes. Entre eles, destacam-se aqueles “hypogastricos”, vendidos, a princípio, apenas no Rio de Janeiro. *A Província de São Paulo*, 10 de outubro de 1878, p.3.
47. *Memorial Histórico da Medicina de São Paulo em 1940*, São Paulo, 1941, p.121.
48. *Design e Interiores*, 15 de agosto de 1989, p.46.
49. Alain Corbin, retrazendo a emergência do homem ocidental como “sujeito do desejo” e de um corpo “sensível”, sublinha que, na Europa, o sentimento de identidade individual se acentua e se difunde ao longo do século XIX. Ver, especialmente, *Le secret de l’individu*. In: *Histoire de la vie privée*, T. 4., Paris: Seuil, 1987, p.419.
50. A este respeito, ver nosso doutorado, *La recherche de la beauté. Une contribution à l’histoire des pratiques et des représentations de l’embellissement féminin au Brésil - 1900 à 1980*. Université Paris VII, 1994.
51. *Eu sei Tudo*, n.38, junho de 1920, p.9.
52. *Eu sei Tudo*, n.37, junho de 1920, p.14.
53. A este respeito os exemplos são numerosos. Na publicidade, sobretudo, a ênfase nos produtos que garantem conforto corporal ganha uma importância inédita: “Neólin - Solas Impermeáveis. Tem V.S. os pés húmidos durante esses dias chuvosos? Pés frios, húmidos e molhados além do desconforto, constituem sério perigo para a saúde”. *A Cigarra*, n.121, 1920.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Militão Augusto de. *Album comemorativo da cidade de São Paulo, 1826/1887*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, DPH.
- BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. v.III.
- BUENO, Francisco de Assis V. *A cidade de São Paulo, recordações evocadas da memória*. São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1976. v.2.
- FILHO, Nestor Goulart R.. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- HOMEM, M. C. Naclério. *O palacete paulistano*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- JARDIM, Luiz Philippe. *Elementos de hygiene militar*. São Paulo: Typographia Paulista, 1894.
- LOPES, Rosana M.. *Nos rastros dos restos. As trajetórias do lixo em São Paulo*. São Paulo, 1998. Dissertação de mestrado – PUCSP.
- ORLANDI, Francisco Teixeira. *Alguns subsídios para a história da propaganda no Brasil. Propaganda*, set. 1967.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. São Paulo: Nobel, 1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. O receio dos trabalhos perdidos, corpo e cidade. *Projeto História*, São Paulo: PUC/EDUC, n.13, 1996.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.